



## **AVISO 01/2017**

### **Limites Operacionais**

27.Fevereiro.2023

## **Índice de Versões**

### **3.Janeiro.2018**

Versão inicial.

Limites Operacionais impostos no âmbito da regulação MIFID II/IMIFIR, incluindo-se o anteriormente disposto no Aviso 04/2006 Limites Máximos de Variação de Preços, o qual é revogado pela entrada em vigor do presente Aviso.

### **27.Fevereiro.2023**

Alterações aos números 1, e 15 pela adaptação ao Artigo 15.º do REGULAMENTO (UE) 2022/2576 DO CONSELHO de 19 de dezembro de 2022.

Alteração ao número 16 para fazer face a atualização legislativa.

Este documento encontra-se disponível em [www.omip.pt](http://www.omip.pt)

A entrada em vigor da Diretiva 2014/65/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de maio de 2014 relativa aos mercados de instrumentos financeiros (MIFID II), do Regulamento (UE) n.º 600/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de maio de 2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros (MIFIR) e dos respetivos Regulamentos Delegados, obrigam ao estabelecimento de sistemas, procedimentos e mecanismos de controlo diversos tornando necessário explicitar métricas de limites de actuação que aqui se dispõem.

Ao abrigo do disposto no **n.º 2 do art. 56º do Regulamento de Negociação** e no **n.º 14 da Circular OMIP 01/2014 - Operações Bilaterais**, o OMIP aprova o seguinte Aviso.

## Capítulo I – Limites de Variação Absoluta de Preços

### Limites Máximos e Mínimos de Preços

1. Para cada Contrato admitido à negociação ou registo, os Limites Máximos e Mínimos de Preços a cada momento durante a Sessão de Negociação resultam da aplicação dos Limites de Variação Absoluta de Preços relativamente:
  - 1.1. No início de cada Sessão de Negociação, ao Preço de Referência de Negociação definido pelo OMIP na Sessão de Negociação anterior.
  - 1.2. Ao segundo preço de referência da Sessão de Negociação a decorrer, constituído pelo primeiro preço de mercado.
  - 1.3. Ao preço de referência subsequente, constituído pelo primeiro preço de mercado observado após um intervalo de 5 minutos relativamente ao preço de referência anterior.
  - 1.4. Concorrentemente o OMIP pode determinar preços de referência calculados para este mesmo efeito utilizando a mesma metodologia dos Preços de Referência de Negociação de final de Sessão de Negociação para efeitos de aplicação do mecanismo de contenção de volatilidade a todas as maturidades de um dado Contrato na ausência parcial de preços de mercado em todas essas maturidades.
2. Para os Contratos admitidos à negociação ou registo são fixados, em ficheiro disponibilizado pelo OMIP no seu *Website*, os Limites de Variação Absoluta de Preços aplicáveis a cada Contrato, em função do Período de Entrega, e determinados em coordenação com a OMIClear.

### Aplicação dos Limites de Variação Absoluta de Preços

3. Quando da introdução da Oferta no Livro de Ofertas Central, a Plataforma de Negociação processa uma validação, apenas sendo aceites Ofertas com preços situados no intervalo determinado pelos Limites de Variação Absoluta de Preços, inclusivé.

### Modificação dos Limites de Variação Absoluta de Preços

4. Sempre que as condições de mercado o justifiquem, o OMIP, de forma coordenada com a OMIClear, pode alargar ou estreitar os Limites de Variação Absoluta de Preços, dando desse facto conhecimento imediato aos Membros Negociadores.

### Primeiro dia da negociação dos Contratos

5. No primeiro dia de negociação, os Limites Máximos e Mínimos de Preços resultam da aplicação dos Limites de Variação Absoluta de Preços relativamente a um preço de referência determinado por um método que permita aferir razoavelmente a situação de mercado, nomeadamente por arbitragem teórica, diferença face ao Preço de Referência ou volatilidade de outro contrato, ou em

cotações de Membros tal como determinado para o Preço de Referência ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 da Circular OMIP 1/2009 - Preço de Referência de Negociação.

6. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso dos Contratos Dia e Fim-de-Semana, o preço de referência para aplicação dos Limites de Variação Absoluta de Preços pode ser determinado com base no Contrato semanal em negociação que cobre a totalidade daqueles blocos de entrega diários, ajustado pela sazonalidade diária.

### **Operações Bilaterais**

7. À inscrição de Operações Bilaterais para registo junto da OMIClear aplicam-se os Limites de Variação Absoluta de Preços definidos no presente Aviso, pelo que apenas serão aceites aquelas Operações cujo preço se encontre no intervalo de Limite Máximo e Mínimo de Preços previsto, a menos que a OMIClear considere, face a uma situação concreta, que tal restrição pode ser dispensada.

### **Capítulo II – Rejeição de Ofertas que excedam limiares de volume pré-determinado**

8. O OMIP define, no seu sistema de negociação, limites máximos aos volumes de cada oferta consoante a natureza e características de negociação de cada instrumento financeiro, nomeadamente o seu valor nominal, a sua liquidez e a prática do Mercado relativamente a volumes para cada oferta, prevenindo-se assim a introdução de ofertas com volumes erróneos.
9. Os limites máximos indicado no número anterior, são disponibilizados pelo OMIP no seu *Website*.

### **Capítulo III – Interrupção ou restrição temporária de negociação por variação significativa dos preços**

10. De acordo com os artigos 60.º e 61.º do Regulamento de Negociação e com as condições de operacionalidade do sistema de negociação, o OMIP tem, a todo o momento, a capacidade de interrupção e restrição temporária de negociação de cada um dos instrumentos admitidos à negociação em contínuo, leilão ou registo de OTC.
11. Ambos os limites, quer de preço quer de volume, dispostos acima contribuem para prevenir ofertas erróneas e variações significativas de preços especialmente associados a volumes relevantes.
12. A volatilidade dos preços, nomeadamente entre negócios consecutivos, é objecto de supervisão contínua pelo OMIP utilizando-se métricas determinadas com base em dados históricos podendo justificar as actuações enquadradas pelos Artigos supramencionados.

### **Capítulo IV – Limitação do rácio de ofertas não executadas face às transacções**

13. Tendo em conta o disposto no número 2 do artigo 16.º do Regulamento de Negociação, bem como no Regulamento Delegado (UE) 2017/566 da Comissão, de 18 de maio de 2016, relativo às normas técnicas de regulamentação sobre o rácio entre as ordens não executadas e as transacções de modo a evitar perturbações das condições de negociação, os Membros Negociadores e os seus Clientes são obrigados a manter um rácio adequado entre as suas ofertas submetidas, alteradas ou eliminadas e as transacções efectivamente executadas (rácio de ofertas não executadas por transacção) para todos os produtos negociáveis na modalidade de negociação em contínuo.
14. O rácio de ofertas não executadas / transacção será monitorizado de forma contínua para assegurar a não ocorrência de condições de negociação desordenadas ou com excessiva

volatilidade. O parâmetro do rácio de ofertas não executadas por transacção considerado como máximo num dado intervalo de tempo será disponibilizado pelo OMIP no seu *Website*.

15. Para o limite expresso não concorrem as ofertas submetidas ao abrigo do cumprimento das obrigações decorrentes dos acordos de promoção de liquidez, sendo estas objecto de monitorização própria, excepto se for considerado poder estar em causa a integridade e o regular funcionamento do Mercado.

## **Capítulo V – Limites e controlos de gestão às posições em derivados de mercadorias**

16. O OMIP aplica controlos de gestão de posições, de forma transparente e não discriminatória, de acordo com o disposto no artigo 59.º do Regulamento da Negociação e com as obrigações e poderes estabelecidos no n.º 8 do artigo 57º e no artigo 58º da MIFID II, bem como o que procede do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2022/1302, relativo às normas técnicas de regulamentação para a aplicação de limites às posições em derivados de mercadorias.
17. O OMIP aplicará como referência os limites que são estabelecidos no âmbito da MIFID II podendo estabelecer valores inferiores, a título temporário ou até nova disposição, após comunicação prévia a todos os Participantes e no prazo que se considere prudente tendo em conta todos os possíveis impactos no Mercado.
18. OMIP aplicará procedimentos de alerta tendo como referência um cálculo de 90% dos limites em vigor.
19. Os Membros e Clientes têm deveres de prestação de informação - estática, casuística ou diária - perante o OMIP decorrentes do disposto no número 8 do artigo 57.º e no número 3 do artigo 58.º da MIFID II, resultando assim a sua aplicação a Membros, Clientes de Membros, clientes desses Clientes até ao cliente final.

## **Disposição final**

20. O Aviso 04/2006 Limites Máximos de Variação de Preços é revogado com efeito a 3 de Janeiro de 2018.

## **Entrada em Vigor**

21. O presente Aviso foi registado na CMVM no dia 15 de Fevereiro de 2023 e entra em vigor no dia 27 de Fevereiro de 2023.

*O Conselho de Administração*